

V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE

O mundo empresarial e a questão social

Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006 – PUCRS

Grupo de trabalho 05 - Empresários, empresas e a questão social

Responsabilidade social empresarial: possibilidades, limites e significados.

Edilson José Graciolli

Doutor em Ciências Sociais/UFU

Resumo.

As práticas e os discursos relacionados à responsabilidade social de empresas (RSE) têm obtido cada vez mais força e legitimidade na sociedade e, por isso, têm sido tema freqüente de pesquisas acadêmicas. Desenvolvemos, entre março de 2004 e fevereiro de 2006, projeto de pesquisa financiado pela Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) com o objetivo de contribuir ao debate e à compreensão do fenômeno da RSE a partir do estudo de dois projetos desenvolvidos pelo Instituto Algar, na região de Uberlândia: o Correio Educação e o EmCantar.

Os dois projetos – seguindo a linha geral do Instituto Algar – têm como foco de atuação a educação de crianças. O projeto Correio Educação foi criado a partir de uma parceria do jornal Correio com a secretaria municipal de educação de Uberlândia, através da qual edições do jornal são distribuídas para serem utilizadas pelos professores em sala de aula. Já o projeto EmCantar atua em escolas e na comunidade realizando oficinas que têm três núcleos básicos: música, cultura popular e educação ambiental.

A RSE é uma das expressões mais importantes do que se denomina “terceiro setor”. Por isso, o estudo dos projetos do Instituto Algar deve ter como pano de fundo a análise das concepções que permeiam esta esfera, inclusive a noção de sociedade civil implícita nesse conceito. Além disso, entendemos que uma análise crítica da RSE deve ir além dos benefícios imediatos proporcionados pelos projetos, reconhecendo seus limites e sua funcionalidade no contexto de ascensão das práticas neoliberais, em que o Estado se afasta da “questão social” e ganha força uma concepção restritiva de cidadania.

No plano da apreensão das determinações desses fenômenos, encontramos, mais do que uma estratégia de mercado e da funcionalidade mencionada, a caracterização da RSE como aparelho privado de hegemonia, hipótese comprovada por esta pesquisa.

Introdução

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE), como discurso e prática, é um fenômeno cada vez mais difundido no meio empresarial e em toda a sociedade. Cotidianamente, a ascensão da RSE se expressa em um número cada vez maior de produtos que levam selos de responsabilidade social da empresa, de empresa cidadã ou, ainda, de apoio a algum projeto social. Pode-se afirmar com certa tranquilidade que a RSE representa, atualmente, uma das formas mais estruturadas e mais emblemáticas do que é conhecido como “terceiro setor”¹.

Na medida em que cresce como forma de intervenção social, a RSE ganha espaço também no meio acadêmico, tornando-se objeto de pesquisa cada vez mais freqüente em diversas áreas das ciências humanas. É dentro desse contexto e com o intuito de contribuir ao debate e à compreensão do tema da RSE que este trabalho se apresenta².

O universo empírico da pesquisa é constituído por projetos desenvolvidos na região de Uberlândia-MG pelo Instituto Algar – criado pela Algar, grupo empresarial, com sede em Uberlândia, que atua nas áreas de telecomunicação, entretenimento e agronegócios, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-oeste do Brasil. Dentre os vários programas de investimento social e de voluntariado desenvolvidos pelo Instituto Algar, foram escolhidos dois projetos específicos: o *Correio Educação* e o *EmCantar*.

A escolha do Instituto Algar para a pesquisa empírica não foi casual. Além da importância econômica, local e nacional, do *holding* empresarial ao qual está vinculado, o Instituto Algar é em Uberlândia uma grande referência no que diz respeito à responsabilidade social. Da mesma forma, a opção pelos dois projetos acima citados não foi arbitrária: após um primeiro contato, percebeu-se que tais projetos estavam entre os mais bem estruturados e mais representativos do Instituto.

O projeto *Correio Educação* foi criado em 1994 e trata-se de uma parceria do Instituto Algar com o poder público municipal de Uberlândia – especificamente com a

¹ Usaremos a expressão entre aspas devido aos limites desse conceito que serão apresentados no decorrer do texto.

² Os estudantes que integraram a equipe executora desta pesquisa desenvolveram suas atividades também com participação em Programas Institucionais de Iniciação Científica: Paulo Vinícius Lamana Diniz, Rafael Dias Toitio e Marcílio Rodrigues Lucas, sendo decisivas suas participações para este trabalho.

secretaria de Educação. Por meio dele, escolas da rede pública municipal recebem edições do jornal *Correio* – pertencente ao Grupo Algar – para serem utilizadas, em sala de aula, pelos professores como ferramenta pedagógica em várias disciplinas de todas as séries do ensino fundamental.

Já o projeto *EmCantar* – criado em 1996 e transformado em ONG em 2003 – principalmente através da música, realiza oficinas e apresentações com crianças de escolas públicas e com a comunidade em geral, trazendo temáticas geralmente ligadas à cultura popular e à educação ambiental. O *EmCantar* apresenta a especificidade de se constituir como ONG e de reivindicar certa autonomia em relação ao Instituto. Apesar dessa relativa autonomia, o projeto é quase integralmente financiado pelo Instituto Algar e é apresentado como um dos seus principais projetos.

Os dois projetos serão analisados quanto à sua natureza, sua abrangência pretendida e efetiva, sempre ponderando em que medida eles são representativos do conjunto de práticas e concepções da RSE como um todo. Para isso, levaremos em conta as representações dos agentes envolvidos direta ou indiretamente nos projetos.

Apresentado o universo empírico, cabe esclarecer a perspectiva analítica que informa a pesquisa. Por entender que o significado da parte está no todo, este trabalho analisa o fenômeno da RSE, e o chamado “terceiro setor” em geral, tendo como referencial a totalidade social. Os discursos e práticas da RSE não serão tratados em si mesmos, de forma isolada, mas levando-se em conta o contexto sócio-histórico mais amplo do neoliberalismo com suas principais implicações nas diferentes esferas da vida social. Assim, o próprio conceito de “terceiro setor” deve sofrer um exame crítico, já que reflete uma percepção segmentada da realidade, que não apreende as determinações daquilo que se apresenta no plano empírico-factual imediato.

O contexto de ascensão do “terceiro setor” e da RSE é de transformações importantes referentes à reestruturação do capital e ao afastamento do Estado no que diz respeito às questões sociais. Assim, tal ascensão deve ser entendida como “um fenômeno partícipe dessas transformações gerais, como produto delas” (MONTAÑO, 2002, p. 52). Portanto, a análise aqui proposta vai num sentido contrário a perspectivas fragmentadas que não conseguem ir além dos benefícios imediatos, resultando em meras descrições contemplativas da RSE.

Por outro lado, interpretações críticas que identificam a RSE como mera estratégia empresarial visando garantir mercados consumidores e deduções fiscais, apesar de terem fundamento real, também não apreendem de forma orgânica a RSE

como um fenômeno sócio-político, um novo padrão de intervenção social, de grande expressividade na contra-reforma neoliberal do Estado e na construção de uma concepção restritiva de cidadania.

Um outro ponto importante no que se refere ao “terceiro setor” – e, por extensão, à RSE – é a discussão quanto ao seu papel na transformação da sociedade, ou seja, suas *potencialidades emancipatórias*. A perspectiva de análise deste trabalho é de que o “terceiro setor”, ao defender uma prática que se define harmônica, integradora e “não-política”, mistifica e encobre contradições concretas. Com a defesa de ações mais palatáveis à ordem e até mesmo assimiláveis pelo capital, o “terceiro setor” busca substituir – quando não combater – formas de intervenção que buscam transformações profundas na sociedade. Na questão específica da RSE, a mistificação e a contradição são mais gritantes, já que as empresas passam a reivindicar a condição de agentes competentes no enfrentamento de mazelas sociais (exclusão, pobreza, destruição ambiental) que, na verdade, são conseqüências sistemáticas da ordem capitalista, cuja expressão concreta são as próprias empresas.

Procedimentos de pesquisa e perspectiva teórico-metodológica.

Este trabalho constituiu-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

O trabalho de campo começou com uma visita ao Instituto Algar, através da qual os projetos *EmCantar* e *Correio Educação* foram definidos como universo empírico. A partir disso, foram realizadas entrevistas com agentes relacionados aos dois projetos. No caso do *Correio Educação*, foram realizadas entrevistas com duas coordenadoras do projeto, nas quais foram apresentadas as características e perspectivas gerais que o orientam. A equipe executora, com todos ou alguns de seus integrantes, observou várias modalidades de atividades (apresentações, oficinas de formadores, oficinas para alunos, etc.) dos dois projetos em tela.

No que diz respeito ao *EmCantar*, foi realizada uma entrevista com todo o núcleo gestor do projeto que ofereceu um panorama geral e indicou as concepções ideológicas que informam as práticas do *EmCantar*. Depois dessa entrevista inicial, oficinas com alunos, professores e comunidade foram acompanhadas com o intuito de apreender a dinâmica cotidiana do projeto. Em tais oficinas também foram feitas

entrevistas com os setores da comunidade atendidos pelo projeto com o objetivo de identificar as representações da clientela atendida em relação ao *EmCantar*.

Todas as entrevistas realizadas, com relação aos dois projetos, apesar de não terem um roteiro fixo pré-determinado, apresentavam questionamentos que objetivavam que os entrevistados explicitassem suas concepções quanto à natureza dos projetos nos pontos que mais interessavam para a pesquisa.

No que se refere à pesquisa documental, foram analisados materiais de divulgação, impressos e virtuais, do Instituto Algar e dos projetos específicos, inclusive material áudio-visual no caso do *EmCantar*. Esta parte da pesquisa foi complementada com documentos internos e guias de execução dos projetos.

O diálogo com a bibliografia teve momentos distintos. Na discussão geral do “terceiro setor”, as referências básicas foram, de um lado, obras de Maria da Glória Gohn, Rubem César Fernandes, Simone de Castro Tavares Coelho e a coletânea de textos organizada por Evelyn Berg Ioschpe, e de outro lado, a análise crítica do “terceiro setor” desenvolvida por Carlos Montaña em *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*, que serve de base para boa parte das reflexões presentes na conclusão deste estudo.

Quanto à discussão específica da Responsabilidade Social Empresarial, a bibliografia é relativamente escassa e praticamente restrita a trabalhos acadêmicos na área de administração e a livros e revistas dos próprios institutos de RSE – em especial o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Na contextualização do objeto da pesquisa, a discussão do neoliberalismo é fundamental. Por isso, a teorização apologética de Friedrich August von Hayek e as perspectivas críticas de István Mészáros, Perry Anderson, Armando Boito Jr., Reginaldo Moraes e Ricardo Antunes são as bases teóricas deste trabalho para se entender o neoliberalismo como ideário e como prática política que, no limite, apontam para a *focalização* como novo padrão de intervenção nas questões sociais, em substituição ao padrão sistêmico (definidor do *welfare state*) e, principalmente, como contraposição às concepções societais que problematizam e criticam a sociabilidade do capital, em quaisquer de suas variantes.

Por último, cabe indicar referências bibliográficas básicas que, apesar de não se relacionarem diretamente à discussão específica do terceiro setor e muito menos da RSE, constituem o instrumento analítico para o enfrentamento crítico desses fenômenos. Isso porque, de acordo com nossa perspectiva, o ponto de partida para a

análise é a própria realidade, porém a investigação científica deve ir além do que se manifesta no plano imediato e buscar, analiticamente, as múltiplas determinações daquilo que é fenomênico.

Esta perspectiva com relação à produção do conhecimento científico é inspirada em Karl Marx. Deste autor também utilizamos a abordagem holística da realidade, ou seja, a perspectiva da totalidade social, que Georg Lukács estruturou em forma de ontologia. Nesse sentido, o “terceiro setor” e a RSE serão tratados como “parte (movente e movida) de um complexo concreto” (LUKÁCS, 1978, p. 2). Em outros termos, no nosso entendimento, não se trata de uma esfera distinta, autônoma em relação ao sistema sócio-metabólico do capital.

Cabe ressaltar que ao afirmarmos que não existe uma esfera realmente autônoma em relação ao controle social exercido pelo capital, não estamos negando a existência e a possibilidade de resistências, até mesmo porque as contradições fundamentais continuam a existir e seu enfrentamento é cada vez mais inadiável. Nesse ponto é importante ressaltar a contribuição de Antonio Gramsci, para quem a sociedade civil é o *locus* da organização da dominação de classes em que ocorre a disputa por hegemonia no sentido de uma direção intelectual, moral e política da sociedade. Sendo esta sociedade civil parte integrante da ordem do capital, contradições, embates e tensionamentos – manifestas ou latentes – estão presentes nos diversos aparelhos de disputa por hegemonia.

Descrição e análise dos projetos EmCantar e Correio Educação.

Normalmente, a Responsabilidade Social Empresarial é considerada parte integrante de um conjunto de concepções e práticas vinculadas ao que se denomina “terceiro setor”. Portanto, deve ser um ponto de partida na análise da RSE, a reflexão sobre o conceito de “terceiro setor” e sobre o fenômeno real ao qual ele se refere.

As teorias que definem o “terceiro setor” têm como pressuposto lógico a possibilidade de se identificar três esferas sociais distintas. De acordo com essas análises, o primeiro setor se referiria à esfera do poder político institucional representada pelo Estado. O segundo setor seria aquele representado pelo mercado, ou

seja, pela produção e circulação de bens e serviços visando o lucro³. Já o “terceiro setor” seria o setor da sociedade civil, composto por indivíduos, grupos e instituições em agem de acordo com uma racionalidade diferenciada em relação aos outros dois setores.

Na esfera governamental, os agentes são públicos e a finalidade dos serviços prestados e dos direitos estabelecidos também é pública – desconsiderando-se aqui a corrupção, quando agentes públicos realizam seus interesses privados. Já o mercado é composto por agentes privados que buscam atender seus próprios interesses, ou seja, visam o lucro individual. O “terceiro setor” é composto por agentes privados que almejam fins públicos, ou seja, é não-governamental e não visa lucro. Nesta perspectiva é que Rubem César Fernandes escreve:

Marcando um espaço de integração cidadã, a sociedade civil distingue-se, pois, do Estado; mas, caracterizando-se pela promoção de interesses coletivos, diferencia-se também da lógica do mercado. Forma, por assim dizer, um “Terceiro Setor”. (FERNANDES, 2000, p. 27).

Apesar das divergências pontuais na literatura do “terceiro setor” aqui tratada, é lugar comum identificar o “terceiro setor” como uma alternativa inovadora no enfrentamento de desigualdades sociais e problemas ambientais crescentes, já que a burocracia estatal é inoperante e distante e o mercado, em si mesmo, não tem interesse em tais demandas sociais.

O alerta de Jeremy Rifkin é esclarecedor da perspectiva que defende a existência de um “terceiro setor”:

É necessário acabar com os paradigmas políticos e compreender que cada país tem três setores e não dois. Uma vez que se compreenda isso, abrir-se-á a possibilidade de um novo contrato social para esta civilização; trata-se de uma nova visão e de uma nova missão para o século XXI. O setor do mercado cria capitais e empregos de mercado, mas isso não é suficiente. O setor do governo cria capitais e empregos de governo, mas isso também não é suficiente. Existe ainda a sociedade civil, que cria capital social e empregos. (RIFKIN, 2000, p. 20).

³ A maioria dos autores estadunidenses inverte a classificação: considera o mercado como primeiro setor e o Estado como segundo.

O que normalmente se identifica como “terceiro setor” é composto por um conjunto muito diverso de agentes e formas de organização. Trata-se de uma gama imensa de ações voluntárias, instituições filantrópicas destinadas à prestação dos mais diversos serviços sociais, ONGs com projetos de intervenção sistemática e organizações de defesa de direitos de grupos sociais específicos. Pode-se dizer que engloba ações desde o assistencialismo mais paternalista e conservador até organizações com intervenções bastante estruturadas no seio da sociedade orientadas por concepções mais amplas de cidadania.

Diante desta complexidade, torna-se inclusive difícil agrupar tantos componentes em um mesmo conceito. Por isso, é que Rubem César Fernandes aponta quatro convergências fundamentais que possibilitam unir orientações tão diversas sob o mesmo “setor”. De acordo com ele, o “terceiro setor”: 1) faz contraponto às ações do governo; 2) faz contraponto às ações do mercado; 3) empresta um sentido maior aos elementos que o compõem, recuperando o pensamento trino ao superar divisões dicotômicas; 4) projeta uma visão integradora da vida pública. (FERNANDES, 2000, p. 29-32). Essas quatro características estariam presentes nos mais diversos grupos do “terceiro setor”.

Apesar de apresentarem o “terceiro setor” como uma alternativa inovadora, os autores reconhecem que de certa forma as práticas que o configuram existem há muito tempo, a ponto de alguns afirmarem que o “terceiro setor” é na verdade o primeiro historicamente. Apesar disso, pode-se fazer um balanço da emergência recente do “terceiro setor” como forma distinta e estruturada de intervenção social.

Na década de 1940, a expressão “ONG” no Brasil se referia basicamente a organizações de cooperação internacional – formadas por Igrejas, instituições de solidariedade ou governos de países – que ajudavam outras organizações e movimentos sociais nos países pobres. A partir dos anos 60 e 70, no Brasil e em grande parte da América Latina, as ONGs ganharam grande força representando formas alternativas de oposição política aos regimes autoritários. Na década de 80, os processos de democratização foram acompanhados de políticas econômicas regressivas que afetavam grupos sociais com os quais as ONGs mantinham forte vínculo: os setores populares. Diante disso, tais organizações passam por processos de redefinição: com o mercado, e não mais os governos autoritários, sendo o grande regulador da sociedade, a visão das organizações da sociedade civil como instrumento de reivindicação política, de acordo com Andrés Thompson, “cede lugar à pressão pela profissionalização no provimento

dos serviços sociais, aliviando, assim, o papel do Estado e a pressão sobre o mercado” (THOMPSON, 2000, p. 46). A partir desse período, além do *não-governamental*, o caráter de *sem fins lucrativos* torna-se fundamental, dando vigor ao conceito de “terceiro setor”.

No que se refere especificamente à relação com o Estado, pode-se dizer que o “terceiro setor” passa de uma relação marcada basicamente pela oposição para o estabelecimento de parcerias, no sentido de complementar a realização de políticas públicas. Com relação ao mercado, o “terceiro setor”, além de enfrentar e amenizar as mazelas criadas pela lógica mercantil, estabelece parcerias no sentido de cumprir tal papel. Enfim, o grande desafio do “terceiro setor”, com relação às outras duas esferas, é reinventá-las no sentido de defender e realizar interesses comuns, criando uma nova cultura em oposição ao individualismo reinante (THOMPSON, 2000, p. 47).

A partir dessa interação com o mercado, é que se consolida a Responsabilidade Social Empresarial como parte integrante do “terceiro setor”. É a combinação de toda a estrutura e eficiência das empresas com uma perspectiva voltada para o interesse público, visando proporcionar melhorias à sociedade. A idéia central é que as empresas começam a ter consciência da necessidade de assumirem um papel mais amplo na sociedade, indo além da geração de riqueza e lucros. Portanto, pode-se dizer que RSE é o conjunto de discursos e práticas que revelam o envolvimento das empresas com o que se costuma identificar como “questão social”. Assim, a RSE constitui-se de ações voluntárias das empresas que englobam desde atitudes esporádicas e meramente assistencialistas, passando por reestruturações internas que visam melhor relacionamento com trabalhadores, clientes e fornecedores, até formas de intervenção estruturada e sistemática com a criação de fundações e institutos voltados para o enfrentamento de problemas sociais e ambientais.

A RSE é um fenômeno recente e diz respeito a mudanças no comportamento e no discurso das empresas diante de seus clientes, fornecedores, trabalhadores e toda a comunidade na qual está inserida. Por isso, pode-se definir diferentes concepções e práticas empresariais, que se configuram em estágios em que determinado padrão predomina.

Tendo como referência esses modos de agir das empresas, resumem-se as auto-representações da RSE em três etapas: 1) *visão clássica*: de acordo com esta, a função da empresa é gerar lucros sem fraudes; 2) *visão instrumental-pragmática*: a responsabilidade social passa a ser vista como um fator de competitividade que pode

ajudar no disputa por mercado; 3) *visão instrumental-emancipatória*: na perspectiva de um “capitalismo socialmente orientado”, percebe a RSE como fator que contribui para o bem-estar da comunidade. Numa tentativa semelhante, Martinelli (2000, p. 82-84) define três estágios que configuram as práticas das empresas: 1) *empresa somente como negócio*: patamar mais baixo, em que a empresa se relaciona de forma meramente instrumental com os outros agentes, buscando lucro a qualquer custo; 2) *empresa como organização social*: empresa passa a ser vista como instrumento de desenvolvimento social quando se relaciona de modo eficiente com os outros agentes; 3) *Empresa-cidadã*: esta é a expressão concreta da RSE, já que a empresa estabelece um compromisso ético com todos os grupos com que se relaciona e age na comunidade de acordo com uma concepção de “bem comum”.

Além de proporcionar maior bem-estar na comunidade em que está inserida, são comumente apontadas várias outras vantagens para a empresa que desenvolve projetos de RSE. Entre elas estão a melhoria da imagem da empresa e a conseqüente diferenciação em relação aos concorrentes, a geração de mídia espontânea, proteção contra ação negativa dos consumidores, atração de funcionários dedicados, a diminuição do controle por órgãos externos, atração de investidores e vantagens fiscais (TOLEDO, 2002).

Como já foi apontado, o conjunto da RSE integra diversas formas de ação, desde doações ocasionais, passando por apoio a projetos do governo ou de organizações diversas da sociedade civil, até projetos elaborados por institutos e fundações criados pelas próprias empresas.

É interessante indicar que autores como Melo Neto e Froes (2004, p. 26-27) consideram responsabilidade social somente as formas mais estruturadas de cidadania corporativa. Segundo esses autores, apesar das ações filantrópicas de empresas serem embriões da responsabilidade social, não podem ser consideradas como tal, por ausência de consciência social ampla e de uma noção de dever cívico.

Para além da discussão sobre a identificação ou não de determinadas formas de intervenção como constituintes do universo da RSE, entendemos que ações mais estruturadas são mais emblemáticas e reveladoras da RSE como padrão de intervenção. Por isso, a pesquisa aqui desenvolvida definiu como objeto empírico projetos desenvolvidos pelo Instituto Algar.

Esse instituto, que tem sede em Uberlândia-MG, foi criado em 2002 pelo grupo Algar, um *holding* empresarial de grande importância regional e relativa

representatividade nacional que atua nos ramos de telecomunicação, entretenimento e agronegócios nas regiões Sudeste e Centro-oeste do Brasil. Além da importância econômica, o grupo Algar tem se destacado, através do instituto, como um grande realizador e fomentador de atividades ligadas à responsabilidade social das empresas⁴, inclusive com a realização de seminários locais com o intuito de ampliar o alcance do debate.

O Instituto Algar tem como foco de atuação a educação de crianças. Segundo dados do instituto, são desenvolvidos atualmente cerca de 20 projetos sociais na comunidade, todos eles ligados à educação. São parcerias diversas com 131 escolas públicas que envolvem 39.731 alunos e 1.244 educadores. As parcerias se dão através das secretarias de educação dos municípios em que atuam ou diretamente com as escolas atendidas, com investimento na formação continuada de professores e alunos, desenvolvendo projetos de longa duração e utilizando-se também de parcerias com ONGs especializadas na área educacional. Através do trabalho com temáticas como educação ambiental, cultura popular e resgate da memória local, o Instituto Algar se denomina uma *liderança educadora* e uma parceira da escola na construção de uma nova cultura na educação.

Os projetos do Instituto Algar são divididos em dois grupos diferentes: Programa de Voluntariado e Programa de Investimento Social. O Programa de Voluntariado organiza atividades voluntárias de funcionários da Algar em diversos âmbitos e é composto pelos seguintes projetos: *Acontecendo na escola, Alô Companheiro Solidário, Construir, Crescendo com @ educação, Cuidar, Incolê, Mãos à Obra, Orientar para Educar e Crescer, Leitura Viva, Pequeno Cidadão, Somos Parceiros, Voluntários em Ação*.

Já o Programa de Investimento Social é composto pelos projetos *Correio Educação, Criança, EmCantar e Histórias da Nossa Terra*. Considerando a grande quantidade de projetos, nos restringimos aos ligados ao Programa de Investimento Social, especificamente os projetos *Correio Educação* e *EmCantar*. A escolha não foi arbitrária: optamos por projetos do Programa de Investimento Social pelo seu caráter sistemático e dentre os quatro existentes optamos pelos dois mais focados na região de Uberlândia. Antes de entrar na apresentação dos dois projetos, cabe ressaltar que ambas

⁴ Nos últimos anos, o Instituto Algar já recebeu diversos selos e prêmios destinados a “empresas cidadãs” na região de Uberlândia. Além disso, figurou entre os 10 exemplos de cidadania corporativa do guia da revista Exame nos anos de 2000 e 2001.

as iniciativas são bem anteriores à criação do Instituto Algar, criado justamente para sistematizar e dar suporte aos trabalhos que já vinham sendo apoiados e desenvolvidos pelo grupo Algar.

O Projeto *Correio Educação* foi criado no ano de 1994 a partir da iniciativa de uma professora, de uma escola da zona rural do município, que sentia a necessidade de trabalhar com jornais na sala de aula e, por isso, procurou a secretaria de educação de Uberlândia e depois o jornal *Correio* com a proposta de uma parceria. O objetivo fundante do projeto é levar edições do jornal às escolas públicas para serem trabalhadas com os alunos do ensino fundamental.

No Brasil, existem atualmente pelo menos 37 iniciativas semelhantes de programas de jornais na educação, vinculados à Associação Nacional de Jornais (ANJ). Estão divididos em 16 Estados e envolvem cerca de 3,5 milhões de alunos e 8.500 escolas. O jornal *Correio*, com o *Correio Educação* há mais de 10 anos, foi o oitavo jornal do país a desenvolver este trabalho na educação.

Em 1995, o projeto, que começou atendendo alunos de 5ª à 8ª séries de apenas duas escolas, estendeu-se para 23 escolas e passou a atender alunos de 3ª à 8ª com o jornal e alunos do pré à 2ª série com o suplemento infantil *Revistinha* que integra o jornal e é publicado uma vez por semana. Desde 2002, o projeto engloba 62 escolas, atingindo aproximadamente 30 mil alunos e 1.500 professores do pré à 8ª série.

Para a distribuição do jornal, as 62 escolas são divididas em dois grupos, um com 32 e outro com 30 escolas. No primeiro grupo, são distribuídos jornais diários para professores do pré à 8ª série e alunos de 3ª e 4ª séries (na proporção de um jornal para cada quatro crianças), totalizando cerca de 1.700 exemplares. Os alunos que recebem o jornal podem levá-los para casa de acordo com rodízios organizados pelo professor. Já o segundo grupo recebe dois exemplares diários, um para a biblioteca e outro para a sala dos professores, e 1.200 exemplares remanescentes da semana anterior para serem utilizados em atividades pedagógicas. A cada ano essa divisão se inverte. O suplemento infantil *Revistinha* é distribuído uma vez por semana nas 62 escolas para atender alunos do pré à 2ª série. Além disso, trabalhos realizados pelas crianças em diversas atividades do projeto são publicados nesse suplemento.

A atuação do projeto não se restringe à distribuição de jornais nas escolas. Existe uma equipe pedagógica permanente – composta por três professores e um jornalista – que realiza cerca de 40 oficinas de formação de professores por ano, envolvendo instrução teórica e atividades práticas. São realizadas também palestras que apresentam

aos professores como um jornal é produzido, sua importância para a permanente atualização do professor e de que forma ele pode ser inserido no cotidiano escolar com atividades teóricas, jogos educativos e exercícios lúdicos que incentivam o desenvolvimento intelectual do aluno.

Também com o intuito de auxiliar o professor, foi criado o *Guia de Atividades: o Correio na sala de aula*, que traz informações gerais sobre o processo de produção do jornal e dá diversas orientações de atividades e jogos, com conteúdos interdisciplinares, que podem ser desenvolvidos com os alunos a partir das informações trazidas pelo jornal. Além disso, objetivando aproximar ainda mais alunos e professores ao jornal, a cada quinze dias, um grupo visita a redação do *Correio*. Nessa atividade, professores e alunos acompanham todo o funcionamento do jornal, visitam o parque gráfico, conversam com os jornalistas e conhecem a rotina da redação.

Os dois alicerces que fundamentam e justificam o projeto são o incentivo à leitura e a democratização do acesso à informação. De acordo com seus gestores, através da utilização do jornal no dia-a-dia escolar, pretende-se desenvolver o interesse pela leitura, aprimorando a escrita e desenvolvendo a criatividade e o espírito crítico dos alunos. Além disso, o projeto é apresentado como um meio de ampliar o alcance da informação, ao manter cerca de 1.500 professores e 30.000 crianças em contato freqüente com o jornal, conseguindo atingir inclusive as famílias de crianças da 3ª e 4ª séries que podem levar com relativa freqüência o jornal para casa. Devido a este projeto, o jornal *Correio* conquista desde 2002 o *Selo Empresa Cidadã* promovido pela Câmara de Desenvolvimento de Lojistas de Uberlândia (CDL) e renovado anualmente.

O projeto *EmCantar* também está envolvido na educação de crianças, porém não se constitui a partir de uma parceria formal com a secretaria de educação de Uberlândia, tanto que o projeto está presente em escolas da rede pública tanto municipal quanto estadual. O *EmCantar* foi criado em 1996, por iniciativa de um funcionário de uma das empresas do grupo Algar, que formou um grupo com crianças e adolescentes que se reuniam em oficinas cujas atividades articulavam várias dimensões da vida através da música de compositores brasileiros pouco divulgados.

O projeto se propõe a ir além da esfera educacional e tratar a sociedade na sua complexidade, trazendo discussões relativas a questões sócio-ambientais e cultura popular. A música é vista como forma de abrir canais de percepção e reflexão sobre o mundo, ou seja, o *encantamento* é tido como um canal para a intervenção social. A

partir de três temas geradores – cultura popular, meio ambiente e música – o projeto visa contribuir para uma formação plena e humanizadora de crianças e adolescentes.

Atualmente o *EmCantar* reúne 600 integrantes, com níveis diversos de envolvimento e maturidade em relação o projeto. O processo decisório fica a cargo de um núcleo gestor, composto por 6 pessoas, e um grupo de multiplicadores – cerca de 20 – que atuam nas oficinas. Com relação às atividades desenvolvidas, o projeto pode ser dividido em três núcleos básicos: ambiental, de cultura popular e musical. Apesar da divisão, os núcleos não atuam isoladamente, trata-se apenas de dividir a responsabilidade de impulsionar determinadas linhas do projeto.

O núcleo ambiental – Núcleo Ambiental Cuitelinho – desenvolve atividades que, baseadas na idéia de responsabilidade socioambiental, visam mostrar as conseqüências e a importância da atuação individual e coletiva nos espaços que ocupamos. A questão ambiental é pensada de acordo com 3 ecologias: a ecologia interior do “eu”, a ecologia social da relação do “eu” com o “outro” e a ecologia da natureza, o “eu” com o ambiente físico. O núcleo realiza estudos e pesquisas socioambientais, elabora e propõe condutas responsáveis, além de produzir desenhos animados com a temática ambiental.

No Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cultura Popular discute-se o atual modo de vida e os seus valores ao mesmo tempo em que se pesquisa sobre manifestações da cultura popular e histórias de vida de pessoas envolvidas nelas. O trabalho deste núcleo já rendeu 6 documentários com temas como a Congada no Triângulo Mineiro, a Folia de Reis, Charqueada, um ancião filho de ex-escravos, entre outros.

A música é central nas diversas atividades do projeto. O que cabe ao Núcleo de Produção Musical é alavancar a reflexão e a prática musical nas diversas atividades do grupo, além de ser responsável pelo aprofundamento de questões técnicas necessárias para as apresentações e para gravação de músicas.

É importante destacar que o projeto *EmCantar* se dirige tanto à educação formal – com oficinas semanais nas escolas parceiras – quanto à educação informal através de oficinas, também semanais, abertas a toda comunidade. São cinco tipos de oficinas em Uberlândia e Araguari: oficinas com alunos nas 16 escolas parceiras (estaduais e municipais), oficinas com os professores numa outra parceria que envolve 10 escolas, oficinas para a comunidade, oficinas de percussão, realizadas junto ao SESC, direcionadas à formação musical dos multiplicadores do projeto e oficinas de percussão específicas para a comunidade. Somente em 2004 foram realizadas 550 oficinas com alunos e professores de escolas parceiras e 110 oficinas com pessoas da comunidade.

Os resultados e reconhecimentos do *EmCantar* são vários. O grupo já lançou dois CDs próprios, *EmCantar* (1999) e *Mutirão* (2003), já fez mais de 250 apresentações em Uberlândia, Araguari e outras cidades brasileiras, além de gravar participações especiais em CDs de diversos outros artistas. Além disso, o *EmCantar* produziu desenhos animados com temáticas socioambientais e documentários a respeito de manifestações da cultura popular. Entre outros reconhecimentos, o projeto recebeu o *Título de Desempenho Comunitário* oferecido pela Câmara Municipal de Uberlândia em parceria com o CDL em 2003 e também passou a integrar o Banco de Boas Práticas do Instituto Ethos a partir do mesmo ano.

O que foi apresentado até aqui explicita apenas diferenças de focos de atuação e de métodos entre os projetos *Correio Educação* e *EmCantar*. Porém em relação ao que mais interessa à discussão da Responsabilidade Social Empresarial, existem alguns pontos que são de grande importância quando se faz o contraponto entre os dois projetos. O *Correio Educação*, apesar de ter sido idealizado por uma professora não ligada nem ao poder público nem à empresa, constituiu-se desde o início como uma parceria entre o jornal *Correio* e a secretaria municipal de educação. Já o *EmCantar* foi criado em dezembro de 1996 por uma iniciativa individual, que formou um projeto coletivo, e até 1999 não teve nenhuma relação direta com o grupo Algar.

A parceria do *EmCantar* com o grupo Algar – especificamente com a empresa Engeset – surgiu quando a empresa decidiu mudar o perfil do CD promocional lançado anualmente para seus clientes, que até então continha gravações de artistas conhecidos da MPB e da bossa-nova. Em 1999, a área de marketing da empresa aceitou a proposta do *EmCantar* para patrocinar a gravação de um CD do projeto que seria o CD promocional para clientes naquele ano. O patrocínio se deu através da lei federal de incentivo à cultura, através da qual boa parte de valor gasto é deduzida nos impostos. Também a partir de 1999, a Engeset passou a disponibilizar uma estrutura ao projeto: local confortável, água, luz, computadores, data-show, internet, etc. Depois desse primeiro contato, a parceria se aprofundou: no ano de 2000 a Engeset patrocinou o show de lançamento do CD e a partir de 2001 foi implantado um orçamento anual para o projeto, que incluía remunerações, transportes e infra-estrutura. Por isso é que hoje o projeto é financiado em parte pelo governo, através das leis de incentivo, e pelo grupo Algar – especificamente pela Engeset e, a partir de 2003, também pela ABC INCO.

As informações acima foram apresentadas com a intenção de mostrar uma especificidade do *EmCantar* em relação ao *Correio Educação* e a todos os projetos do

Instituto Algar: há um grau diferenciado de autonomia do *EmCantar* frente ao grupo Algar, desde sua origem em 1996 até hoje, já que em julho de 2003 ele se constituiu como uma ONG. É por isso que os gestores do projeto afirmam que o seu foco não é a Responsabilidade Social Empresarial, mas sim, a transformação social através da realização de um projeto que não pertence ao Instituto Algar, mas é apoiado por ele. Em outras palavras, pode-se dizer que a RSE se relaciona com o projeto *EmCantar*, mas não o esgota, no sentido de que já existia um propósito de intervenção, fruto de uma insatisfação com a realidade, que posteriormente recebeu o apoio de empresas.

É interessante notar que essa diferenciação, fundamental para os integrantes do *EmCantar*, importa pouco para o grupo empresarial quando este apresenta seus projetos de RSE a clientes, fornecedores, funcionários e toda comunidade na qual está inserida. São duas formas diferentes de se perceber um mesmo fenômeno do qual participam de um lado os idealizadores/gestores do projeto e de outro a empresa que os financia. Diferenças que revelam a existência de interesses e perspectivas divergentes que, apesar de não se confrontarem radicalmente, disputam espaço no interior do projeto e da RSE como um todo.

Resultados e categorias analíticas centrais.

Apresentadas as perspectivas que informam o “terceiro setor” e a RSE e descritos os dois projetos pesquisados, cabe agora analisá-los – em termos de abrangência, representatividade, funcionalidade – como fenômenos partícipes da totalidade social. Tendo como orientação básica a teoria marxista e, especificamente, a crítica de Montañó (2002), trataremos agora de forma crítica o “terceiro setor”, como conceito e como forma de intervenção, e os programas de RSE aqui apresentados.

A visão segmentada da realidade típica das teorias do “terceiro setor” tem, direta ou indiretamente, apoio na reflexão de Jürgen Habermas. Este filósofo distingue duas esferas da vida social: o mundo sistêmico e o mundo da vida. O primeiro, constituído pelo Estado e pelo mercado, é fundamentado pela razão instrumental e marcado por relações heteronômicas típicas do capitalismo. Em oposição a essa esfera, o mundo da vida é caracterizado por uma razão comunicativa que se opõe à reificação imposta pelo sistema (mercado e Estado). A razão do mundo da vida funda-se na linguagem e se

caracteriza pela busca do consenso entre os indivíduos através do diálogo. É a esfera da autonomia, que está em constante luta contra a colonização imposta pelo mundo sistêmico. Assim, para Habermas, a disputa política fundamental das sociedades contemporâneas é aquela que se dá nos pontos de encontro – e conflito – entre o sistema e o mundo da vida.

Essa elaboração de Habermas tem clara ligação com as teorias do “terceiro setor” já trabalhadas pelo fato de que distingue uma terceira esfera na sociedade com uma lógica diferenciada em relação ao mercado e ao Estado. Mas há outro ponto de convergência implícito ainda mais importante: o mundo sistêmico, das relações capitalistas, é considerado insuperável, restando apenas a possibilidade de se buscar a emancipação em uma esfera pública constituída por práticas autônomas – pelo agir comunicativo. Esta esfera autônoma então coexistiria – sempre se defendendo da colonização – com o mundo sistêmico.

Com relação ao “terceiro setor”, a crítica presente neste trabalho se deve ao fato de que a perspectiva de atuar a partir das “margens” da ordem sistêmica, sem embates diretos, mais do que realismo, contém pragmatismo e mistificação. O pano de fundo para tal mistificação é a idéia de defesa de um “bem comum”. Como critica Carlos Montaña, a idéia central é que

os movimentos e organizações do “terceiro setor” desenvolveriam uma prática “não-política” (cf. Gohn, 1998: 14; Rico, 1998: 28), mas harmônica, integradora, de parceria, visando ao bem comum, e não aos interesses de classe – assim, as ONGs “cidadãs”, as empresas “cidadãs” ou “participativas”, os indivíduos (cidadãos) solidários, o Estado “parceiro”. (MONTAÑO, 2002, p.149).

Nesta perspectiva está presente a noção de um interesse que se diz mais amplo que o interesse de classe. Não é por outro motivo que Liszt Vieira diferenciou as organizações da sociedade civil daquilo que ele denominou “grupos de interesse”:

As associações da sociedade civil têm o papel de formadoras da opinião pública e constituidoras da opinião coletiva nos espaços situados fora do Estado e do mercado. Distinguem-se dos “grupos de interesse”,

caracterizados pela lógica dos interesses econômicos particularistas e pela defesa dos interesses privados específicos, como, por exemplo, as organizações sindicais e empresariais. (VIEIRA, 2000, p. 61).

Para além da “neutralidade” perversa na equiparação feita entre organizações dos trabalhadores e dos empresários, há nessa análise a noção de que os interesses da sociedade civil estão acima do antagonismo estrutural entre capital e trabalho, ou seja, os interesses da sociedade civil são supraclassistas.

A segmentação da sociedade em três setores, além de separar o mercado e a sociedade civil, visa tirar desta o conflito de classe, que passa a ser visto como embate de interesses econômicos particularistas. Esse é o papel mistificador do conceito de “terceiro setor” que, a partir de uma representação de “bem comum”, tenta transformar a sociedade cindida em classes em um todo harmônico e integrado.

A perspectiva de sociedade civil que informa esta pesquisa é bem diferente: baseada em Gramsci, entende que a sociedade civil é a sociedade das classes em conflito – latente e manifesto – e não uma esfera isolada da lógica e dos processos de reprodução do capital.

Outro problema em se pensar uma esfera à parte em relação ao “sistema” é que a lógica do capital permite, de fato, a emergência de formas alternativas de ação – agir comunicativo ou uma “economia solidária” – mas, de forma alguma, ainda na vigência do capitalismo, estas formas podem se consolidar, se tornar autônomas e, muito menos, se expandir, estando fadadas a se extinguir ou permanecer nas margens da sociedade. Isso porque o sistema “sociometabólico do capital” (MÉSZÁROS, 2002) não se restringe à esfera econômica e ao Estado, necessitando de um controle social amplo que atinge o conjunto das esferas de sociabilidade. Como afirma Lukács (1989), a forma mercadoria se expande para a totalidade social.

Em termos práticos também é problemático falar em autonomia do “terceiro setor”. Por mais que se considere uma esfera autônoma, com uma racionalidade própria, o “terceiro setor” é empurrado ao pragmatismo: na disputa por fundos – tantos estatais quanto do mercado – as organizações têm que se enquadrar em determinados limites para conseguirem sobreviver e desenvolver atividades dentro do horizonte que impõe pelos financiadores. Essa realidade parece não estar presente para as organizações bancadas pelas *ONGs financiadoras* de outros países. Porém as financiadoras retiram

recursos de grandes transnacionais ou de governos de países ricos. A diferença, portanto, é apenas a existência de uma mediação a mais, o limite estrutural é o mesmo.

A maioria das ponderações apresentadas até aqui leva ao questionamento da validade do próprio conceito de “terceiro setor”, tanto por seus limites teóricos e práticos quanto por seu caráter mistificador. Podemos também, através da apreensão do contexto sócio-histórico, analisar criticamente a ascensão do “terceiro setor” como padrão de intervenção social.

No contexto de hegemonia neoliberal, em que o Estado reduz sua presença nas áreas sociais (infra-estrutura, saúde, educação, segurança, etc.) as organizações da RSE, e do “terceiro setor” como um todo, tem uma funcionalidade no sentido de substituir, complementar ou concorrer com a ação governamental no que diz respeito ao enfrentamento das demandas sociais.

Porém, esse fenômeno é mais importante que uma mera alteração nas formas de produzir serviços públicos – ou seja, uma simples diminuição do espaço ocupado pelo Estado e um crescimento do papel do “terceiro setor”. Os discursos e práticas ligados à responsabilidade social de empresas têm um significado mais abrangente. Até mesmo uma análise que não se propõe a críticas substantivas à RSE afirma:

é uma forma que hoje se busca de modo a institucionalizar os negócios e, dessa maneira, legitimá-los. Esse tipo de legitimação teria substituído o sistema clássico que se baseava no direito natural de propriedade e na mão invisível do mercado. (CARTA CAPITAL, 2004, p. 7).

É, também, por esse fato que a análise crítica da RSE apenas como estratégia empresarial na competição por mercados ou como forma de se garantir isenções ou deduções fiscais, apesar de ter seus fundamentos concretos⁵, tem um limite no sentido de não captar a importância do fenômeno na sociedade civil – que no sistema capitalista é uma sociedade de classes – como aparelho privado de hegemonia que produz e dissemina valores e percepções de mundo visando a direção moral, intelectual e política da sociedade.

⁵ Vale indicar a edição especial de 2003 da revista *Carta Capital* que, na matéria *Muito trovão, pouca chuva* (p.38), se refere a empresas “adeptas” da RSE que gastam quase todo o orçamento dos projetos sociais em propagandas, restando muito pouco para a real efetivação deles.

Vejamos, por exemplo, o caso dos projetos aqui avaliados. Ao desenvolver oficinas e realizar palestras para ampliar a formação dos professores – profissionais pagos pelo poder público – e proporcionar atividades complementares aos alunos das instituições públicas, a empresa legitima e amplia seu papel na sociedade.

Conforme já foi apontado, e o caso de *EmCantar* é o mais emblemático, os projetos não são monolíticos, no sentido de que todos os envolvidos têm a mesma representação do fenômeno real – os idealizadores do *EmCantar* não têm as mesmas perspectivas que os gestores das empresas que patrocinam o projeto. Programas de RSE comportam disputas e tensões internas. Isso, porém, não impede que os analisemos sob o ponto de vista da totalidade, como expressão da RSE no contexto sócio-histórico amplo.

Apesar dos limites apresentados, nas teorias do “terceiro setor” são muito comuns as discussões sobre suas *potencialidades emancipatórias*. Mesmo sendo a noção de emancipação algo bastante impreciso, é possível, ainda assim, ponderarmos em que medida os projetos aqui apresentados podem ser identificados como transformadores.

O trabalho realizado pelo *Correio Educação*, sem dúvidas, pode ampliar o horizonte pedagógico do professor e ajudar no desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes. Não podemos, porém, ignorar os limites. Sem uma reestruturação de todo sistema de ensino público, projetos focalizados – característica típica do “terceiro setor” – como o *Correio Educação* são insuficientes, tornando-se, quando muito, meros paliativos. Além disso, o projeto não é neutro: o jornal distribuído é de propriedade do grupo Algar e não se pode desconsiderar a importância do monopólio da informação como um fator estratégico em nossa sociedade.

O *EmCantar*, além de ter um nível diferenciado de autonomia, se propõe a ir além de um mero complemento na formação escolar formal. Tanto nas atividades desenvolvidas nas escolas como nas que são voltadas para a comunidade, o grupo discute, elabora e propõe condutas socioambientais consideradas responsáveis. Além de desenvolver atividades lúdicas, com sentido em si mesmas e fundamentais para o ser humano, o projeto se destina a refletir sobre o relacionamento com a natureza e repensar pequenas ações individuais e coletivas que podem ter um impacto ecológico negativo.

Entendemos que a crítica ao *modo de vida* atual é importante para uma formação consciente da criança, porém ela é limitada quando passa a ser considerado o horizonte para a transformação. A defesa de mudanças de hábitos cotidianos torna-se romântica

quando desconsidera uma crítica ao *modo de produção*. Resta saber se o projeto seria patrocinado por uma empresa caso este desenvolvesse uma crítica ao modelo destrutivo do capital.

Essa situação tem a ver com uma característica do “terceiro setor” como um todo na sua relação com o mercado: percebendo o mercado como um possível parceiro (a RSE é a expressão dessa possibilidade), as organizações evitam embates diretos. Isso fica claro na análise de Rubem César Fernandes, quando reflete os problemas causados pelas “turbulências” existentes em países como Peru e na Nicarágua. Diz ele:

O gênero de turbulência experimentado por estes últimos, com ameaças à unidade do corpo político, não favorece uma visão mais ampla dos empresários, nem a comunicação entre o setor privado e os ativistas sociais (FERNANDES, 2002, p. 99).

De forma sintética, a partir dos projetos pesquisados e das teorias analisadas, pode-se dizer que as representações comumente presentes no “terceiro setor” e na RSE oscilam entre gerir a ordem ou alterá-la de algum modo. Este dilema é expresso por Andrés Thompson:

As organizações do “Terceiro Setor” deveriam funcionar como empresas eficientes no fornecimento de serviços ou deveriam funcionar como organizações portadoras de idéias de transformação e de utopias sociais? (THOMPSON, 2000, p. 46).

As duas formas de representação coexistem de forma que se torna difícil separá-las a não ser no plano analítico.

No que se refere ao fornecimento de serviços, é indiscutível que os dois projetos aqui apresentados tenham efeitos positivos concretos, trazendo benefícios imediatos à clientela atendida. Porém, baseando-se nos questionamentos feitos em relação ao “terceiro setor”, a análise pode ir além desses efeitos imediatos. A rigor, são políticas focalizadas e, como tais, integradas à ordem vigente. O fato de os dois projetos analisados atuarem em escolas públicas não é casual: a eficiência e a positividade de suas ações são decorrentes da ineficiência do Estado – nas suas expressões estadual e

municipal – que abandona cada vez mais o investimento social para se adequar a ajustes fiscais cada vez mais rigorosos. O espaço deixado pelo abandono estatal é ocupado – não da mesma forma – pelo “terceiro setor” e pelo empresariado “responsável” que amplia seu alcance social na difusão de valores na sociedade. É um dado concreto, de um processo real, independente das perspectivas que se tem em relação a ele.

Sobre o *Correio Educação*, uma representação muito comum é de que a presença do projeto, com a distribuição de jornais, aproxima o aluno da realidade em que ele vive, dando uma nova dinâmica ao ambiente escolar. Esta vitalidade trazida pelo projeto é de certa forma o contraponto ao dia-a-dia da escola pública sucateada e distante da realidade externa. O mesmo acontece, de certo modo, com o *EmCantar*, cujas oficinas trazem doses de alegria e *encantamento* para o ambiente desencantado e mal cuidado da escola pública brasileira. No âmbito das representações há uma polarização, na qual o pólo positivo é a empresa “responsável” e o pólo negativo é o Estado falido.

Antes de encerrar a discussão, cabe abordar um outro ponto tido como uma potencialidade importante do “terceiro setor”: sua capacidade de gerar empregos. Jeremy Rifkin ressalta esse ponto positivo do “terceiro setor” ao analisar o desemprego gerado pelo incremento tecnológico neste contexto que ele denomina “era da informação”. Rifkin afirma:

Quem está desempregado em São Paulo não é necessário no mercado, que já está automatizando-se; tampouco é necessário no governo, que já está reduzindo-se; portanto, o caminho a ser seguido deve ser o estabelecimento de uma parceria institucional oficial entre governo e Terceiro Setor. (RIFKIN, 2000, p.21).

De acordo com ele, o Estado deve recapacitar o desempregado “na arte do capital social, para que ele possa ter um emprego numa das milhares de milhares de organizações comunitárias ou cooperativas”. (RIFKIN, 2000, p.21). Numa clareza constrangedora, Rifkin afirma que essas pessoas têm duas opções: a comunidade ou a prisão. As empresas também devem financiar a criação de empregos no “terceiro setor”, não há opção: “terão que pagar impostos para prisões ou para a comunidade; para celas de prisões ou capital social, mas nunca conseguirão fugir dos impostos” (RIFKIN, 2000, p. 22).

Um dos problemas dessa análise é que ela se baseia na realidade dos EUA (no ano de 1996), em que as organizações que constituem o “terceiro setor” formariam, consideradas isoladamente, a sétima economia do mundo. Por isso, o setor do “capital social” é visto como a solução para o desemprego. No Brasil, o “terceiro setor” também emprega uma quantidade expressiva de pessoas, porém, imaginar que a solução definitiva para todos os excluídos da possibilidade de ter emprego será a “arte do capital social” parece-nos desprovido de embasamento real. Como afirma Ricardo Antunes, este setor constitui na melhor das hipóteses um “mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural”. (ANTUNES, 2003, p. 114).

Para finalizar, pode-se dizer que apesar de os programas de RSE e do “terceiro setor” se constituírem como alternativas de emprego aos seus integrantes e de propiciarem benefícios imediatos à comunidade atendida, não podem ser concebidos como agentes transformadores da realidade social, na medida em que mistificam a realidade ao se confinar em uma esfera à parte, sem contestar a heteronomia e a exploração no “mundo sistêmico”, que passa a ser visto como irresistível. O mercado com sua lógica predatória e o Estado burocratizado e distante da “questão social” são dados verdadeiros, mas ignora-se o fato de que o que está dado é a condição de uma ação futura, mas não seu limite.

Esta crítica não indica um fetichismo em relação ao Estado, entendendo-o como “a” grande alternativa para a transformação social. Trata-se, na verdade, de uma crítica a um processo de transformação de direitos universais conquistados – no âmbito do Estado capitalista – em “não-direitos” dependentes da ação fortuita e voluntária de indivíduos e empresas. Não se trata também da negação de qualquer intervenção no cotidiano da sociedade, mas sim, a negação da contemplação acrítica de “alternativas” extremamente limitadas que passam a ser apresentadas como – nas palavras otimistas de Fernandes (2002, p. 20) – “uma virtual revolução”.

Conclusão.

Pode-se perguntar acerca do universo de entidades que compõem a sociedade civil e que constituem objeto de análise daqueles autores que utilizam a expressão “terceiro setor”. A resposta terá um razoável consenso quanto às chamadas organizações

não-governamentais (ONGs), ou sem fins lucrativos (OSFLs) e as da sociedade civil de interesse público (OSCIPs). Mas, como ficam, por exemplo, os movimentos de luta classista como o MST, as Farcs, os dos indígenas de Chiapas, as greves nas fábricas, as ocupações de prédios públicos ou privados, as lutas étnicas e raciais? De qualquer forma, a RSE (programas e projetos) integra tal universo.

As auto-representações da RSE podem assim ser resumidas:

- Visão clássica: a função da empresa é gerar lucro, “sem fraudes” (Smith, Friedman).
- Visão instrumental-pragmática: a RSE é fator de competitividade que pode promover o fortalecimento do lucro.
- Visão instrumental-emancipatória: a RSE contribui para o bem-estar da coletividade em que se insere (capitalismo *socialmente orientado*).

Em termos de interfaces da atuação da RSE, oito são as áreas destacadas:

- Valores.
- Empregados (“associados” ou “colaboradores”).
- Fornecedores e clientes.
- Acionistas.
- Concorrentes.
- Estado (em várias esferas e níveis).
- Comunidade.
- Meio ambiente.

Os programas e projetos da RSE se concentram nestes segmentos:

- Avaliação das empresas.
- Saúde.
- Combate à fome.
- Educação.
- Cultura.
- Esporte.
- Lazer e recreação.
- Empregos.
- Cidadania.
- Meio ambiente.

Se estes são, em síntese, os elementos da forma como a RSE é apresentada por seus agentes e intelectuais, a pesquisa que informa esta comunicação permite dizer que ela é um aparelho privado de hegemonia, tal como Gramsci pensou essa questão. A sociedade civil é a esfera da organização da dominação de classes na qual a disputa por hegemonia é o traço distinguível, específico à ampliação do Estado (coerção e persuasão, força e hegemonia, sociedade política e sociedade civil). Nela, os aparelhos privados são aqueles em que se dão a elaboração, a disputa e a difusão de visões de mundo. A RSE é, a rigor, um desses aparelhos.

Neste sentido, a “governança corporativa” não constitui um espaço ou uma lógica à parte das formas de sociabilidade do capitalismo contemporâneo, sendo, antes, uma relevante prática e eficiente discurso de seu modo de ser.

Disto decorre o questionamento acerca da pertinência teórico-analítica do concepção segundo a qual a RSE seria estruturada por uma lógica distinta daquela do Estado e do mercado. Tal crítica se dá menos por manifestações de que ONGs, OSFLs e OSCIPs muito dependem de subvenções do Estado e se articulam com o mercado, sendo, antes, uma apreensão de seu lugar na própria totalidade social.

Ressalta-se, ainda, a funcionalidade que essas organizações cumprem em um quadro, já prolongado, de redução da presença do Estado nas áreas sociais (educação, saúde, assistência social, entre outras) em decorrência da hegemonia neoliberal. Com os crescentes cortes de gastos dos fundos públicos nessas áreas, a absorção, mesmo que parcial, das políticas sociais por tais entidades cumpre uma importante função política.

Na perspectiva indicada por Gramsci, segundo a qual a organização da dominação de classes (função precípua do Estado) extrapola o sentido estrito de Estado (sociedade política), incluindo a disputa por hegemonia (sociedade civil), sustentamos que a RSE, como parte da sociedade civil, é um dos aparelhos privados de hegemonia, articulando, produzindo e disseminando, dentro e fora da produção de bens materiais e simbólicos, visões de mundo, valores, concepções, inserindo-se, assim, na busca de estabelecer uma direção moral, intelectual e política (isto é, hegemonia).

Ao analisar o americanismo, o fordismo e o papel de intelectuais para a hegemonia no capitalismo contemporâneo de seu tempo, Gramsci (1988) indicou algumas associações decisivas para o tema que aqui enfocamos, no sentido de que elas lançam luzes sobre o processo da RSE, tais como:

1. O Rotary Clube buscava difundir um “novo espírito capitalista”, segundo o qual a indústria e o comércio, antes de serem um negócio, se mostravam como um

serviço social. Tratava-se, então, de um aparelho privado de hegemonia que se articulava em torno da idéia de uma **filosofia rotariana do serviço.**

2. A imprensa (e, por extensão, os meios de comunicação e todos os aparelhos privados cuja ênfase está na formação de opinião) pode se constituir em **partido político**, no sentido de força social que, mesmo sem desempenhar funções estritamente voltadas ao controle do Estado (estrito, ou seja, sociedade política), influencia claramente dimensões técnicas, de propaganda, morais, culturais e até mesmo de concepção quanto à segurança pública.
3. Quanto aos âmbitos da RSE, é necessário dizer que ela, em larga medida, se articula com meios de veiculação de informações, de educação formal, de difusão cultural e de intervenção na própria questão social, não só como mecanismo por meio do qual se dá uma refilantropização (funcionalidade ao Estado neoliberal), como, fundamentalmente, se concretiza como espaço na sociedade civil no qual as questões da totalidade são pensadas e “respondidas”. Nesse processo, tal como ocorre com todo e qualquer aparelho privado de hegemonia, comporta algum nível de tensão e, conseqüentemente, de disputa. Não por outra razão, há projetos e programas da RSE que tentam preservar alguma autonomia quanto às fontes financiadoras de suas atividades, como forma de poderem manter uma identidade não imediatamente vinculada às empresas que investem nessa frente de atuação. Mas isto não nega, antes confirma, a natureza da RSE: malha de instituições, atividades, projetos e programas de disputa pela hegemonia.

Bernardo também apontou para o que se pode designar como uma determinação desse processo, qual seja, a de que o capital legisla. Não apenas o Estado restrito (sociedade política), mas o Estado amplo igualmente atua no exercício da capacidade e do poder de legislar, de ampliar as formas de organização do conjunto da sociedade, por parte das personificações do capital, ou seja, burguesia e gestores do capital.

Em consonância com a análise desse autor, compartilhamos sua posição de fundo acerca da abrangência do Estado amplo:

... a empresa é também aparelho ideológico. Ao mesmo tempo em que, dos grandes meios de comunicação, dos filmes de cinema e de televisão, é excluída a atividade dos trabalhadores, mostrados apenas na sua faceta

de consumidores, as grandes empresas editam incontáveis publicações periódicas destinadas à doutrinação do pessoal e lançam campanhas de publicidade, visando, não a venda de produtos, mas a difusão de teses políticas e sociais (BERNARDO, 1991: 168).

No discurso do Presidente do Conselho Administrativo do Grupo Algar aparecem indicações – não obstante as mediações da auto-representação em tela – de que o horizonte da RSE é o da disputa por hegemonia. Segundo essa fala, a “missão” de um grupo empresarial que desenvolve atividades de RSE, inclusive divulgando relatório múltiplo (econômico, social e ambiental) é *“fazer a diferença na geração de experiência e valor para nossos clientes, talentos, investidores e a comunidade onde estamos inseridos”* (ALGAR, 2004: 5), grifos nossos.

Assim, é pertinente analisar a RSE como estratégia de mercado, por meio da qual os produtos ou serviços das empresas nela inseridas passariam a uma melhor condição para as vendas por meio da obtenção dos selos de qualidade ou de certificação (como os do Instituto Ethos). Todavia, esta caracterização é inadequada se se quiser apreender o movimento mais amplo desse discurso e de sua correlata prática.

Também há um limite analítico quando se afirma que a RSE é um padrão emergente de intervenção na questão social, próprio do Estado neoliberal, apenas no sentido de que a redução da presença do Estado (sentido estrito) nas áreas sociais é, de certa forma, substituída pelas políticas compensatórias levadas a termo por organizações da sociedade civil, através da refilantropização no tratamento da miséria e de outros resultados da ordem do capital.

Embora estas duas críticas procedam, o sentido mais profundo da RSE está na disputa pela hegemonia que ela representa. Esta é, a rigor, a principal conclusão apontada pela pesquisa aqui relatada. Se o projeto *Correio Educação* expressa isto de forma muito clara – seja por ser uma articulação entre o poder público local e o mundo empresarial, por meio da qual acontecimentos são veiculados junto dos alunos e professores da rede municipal de ensino com as interpretações do único jornal da cidade, seja pela legitimidade que tal articulação vem estabelecendo no âmbito municipal -, o mesmo processo se verifica no projeto *EmCantar*. Este, embora comporte uma possibilidade efetivamente maior de tensionamento interno (pelo próprio formato que lhe assegura um raio de ação menos integrado às normas estritas do Instituto Algar),

é espaço de elaboração, disputa e difusão de visões de mundo, traços decisivos para os processos que Gramsci denominava de disputa por hegemonia.

Quanto ao impacto direto da RSE, notadamente das atividades denominadas de voluntárias, sobre os trabalhadores assalariados, não cabe dúvida que se tenta diminuir sua ação coletiva de caráter reivindicatório e reformista e, mais ainda, aquela de perspectiva socialista, propondo, ao contrário, o participacionismo próprio ao que se faz no chamado terceiro setor.

Referências bibliográficas.

- ANDERSON, Perry et al. 1996. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, p. 9-38.
- ANTUNES, Ricardo. 2003. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 7 ed. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo. 2004. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados.
- BELIK, Walter. 2003. *Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome*. São Paulo: Instituto Ethos.
- BERNARDO, João. 1991. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez.
- BERNARDO, João. 1996. *Reestruturação capitalista e os desafios para os Sindicatos*. Mimeo.: Lisboa.
- BOITO Jr., Armando. 2002. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. *Idéias*, 9(1), Campinas. (Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil), p. 13-48.
- BOMENY, H.; PRONKO, M. 2002. *Empresários e Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: PREAL/CPDOC – FGV, Fundação Ford.
- CAMAROTTI, Ilka. 2003. *O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza*. São Paulo: Instituto Ethos.
- COELHO, Simone de Castro. 2000. *Terceiro Setor: Um Estudo Comparado Entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Senac.
- COUTINHO, Carlos N. 1989. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus.
- COUTINHO, Joana Aparecida. 2005. ONGs: origens e (des)caminhos. In: *Lutas Sociais* 13/14. São Paulo: NEILS, p. 57-65.
- DIAS, Edmundo F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. 1996. In: DIAS, Edmundo F. et al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã.
- FERNANDES, Rubem César. 2002. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civicus.
- FERNANDES, Rubem César. 2000. O que é terceiro setor?. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, p. 25-33.
- GOHN, Maria da Glória. 2000. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola.
- GRAMSCI, Antonio. 1988. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- HABERMAS, Jürgen. 1980. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Biblioteca Tempo Universitário nº 60. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, Jürgen. 1984. *Mudança estrutural pública*. Biblioteca Tempo Universitário nº 76. São Paulo: Tempo Brasileiro.
- HARVEY, David. 1993. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- HAYEK, Friedrich August von. 1990. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). 2000. *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra.
- LUCAS, Márcilio R. 2006. *Potencialidades emancipatórias? Os projetos de responsabilidade social empresarial do Instituto Algar em questão*. Uberlândia, 75 p. Monografia de Graduação. Universidade Federal de Uberlândia.
- LUKÁCS, Georg. 1989. O fenômeno da reificação. In: ---, *História e Consciência de Classe – estudos de dialética marxista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elfos; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, p. 97-126.
- LUKÁCS, Georg. 1978. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, 4. São Paulo: Ciências Humanas, p. 1-18.
- MARTINELLI, Antônio Carlos. 2000. Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, p. 81-88.
- MEDEIROS FILHO, Barnabé; GALIANO, Mônica Beatriz. 2003. *Como as empresas podem participar de programas de segurança alimentar com a mobilização dos funcionários*. São Paulo: Instituto Ethos.
- MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. 2005. *Responsabilidade social e cidadania empresarial. A administração do terceiro setor*. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. 2004. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- MÉSZÁROS, István. 2002. *Para além do capital*. São Paulo, Campinas: Boitempo Editorial e Editora da Unicamp.
- MONTAÑO, Carlos. 2001. *“Terceiro setor” e “questão social” na reestruturação do capital. O canto da sereia*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UFRJ, Rio de Janeiro.
- MONTAÑO, Carlos. 2002. *Terceiro setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez.
- MORAES, Reginaldo C. C. de. 2001. *Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora Senac.
- MORAES, Reginaldo C. C. de. 1994. Exterminadores do futuro: a lógica dos neoliberais. *Universidade e sociedade*, 6. Brasília, p. 6-11.
- PETRAS, James. 1997. Os fundamentos do neoliberalismo. In: RAMPINELLI, Waldir J. & OURIQUES, Nildo D. (orgs.). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, p. 15-38.
- RIFKIN, Jeremy. 2000. Identidade e natureza do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, p. 13-23.
- SAES, Décio. 2001. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In ---. *República do capital – capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo, Boitempo, p. 81-92.

- SIEBENEICHLER, Flavio B. 1994. *Jürgen Habermas: Razão Comunicativa e Emancipação*. 3 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- SOARES, Laura Tavares. 2000. *Os custos do ajuste neoliberal na América Latina*. Questões da nossa época nº 70. São Paulo: Cortez.
- SOARES, Laura Tavares. 2001. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes.
- THOMPSON, Andrés A.. 2000. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, p. 41-48.
- TOITIO, Rafael D. 2006. *Responsabilidade social empresarial e disputa por hegemonia*. Uberlândia, 101 p. Monografia de Graduação. Universidade Federal de Uberlândia
- TOLEDO, Mariesa et al. 2002. *Responsabilidade social das empresas*. São Paulo: Peirópolis.
- VIEIRA, Liszt. 2000. *Cidadania e Globalização*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record.

Balancos Sociais e Relatórios de Responsabilidade Social das seguintes empresas:

McDonald's Brasil – 2002
Instituto Algar
Rede Globo – 2001
Coca-Cola – 2001 e 2002
Votorantim – 2002
Samarco – 2002
Bradesco
Fundação Orsa
Instituto Souza Cruz
GIFE – Grupo de institutos, fundações e empresas – 2002.

Material áudio-visual

QUANTO VALE OU É POR QUILO?. Dirigido por Sérgio Bianchi. São Paulo: Agravo Produções Cinematográficas S/C Ltda, 2005. 1 DVD. (110 min).

PROJETO EMCANTAR. *Projeto Emcantar*. Uberlândia, 1999. 1 disco compacto.

PROJETO EMCANTAR. *Mutirão*. Uberlândia, 2003. 1 disco compacto.

Revistas e outros documentos

CARTA CAPITAL. Edição especial: A onda da responsabilidade social. n.270-A. São Paulo: Confiança, dez. 2003.